



REVES - Revista Relações Sociais (eISSN 2595-4490)

A mercadoria patrimônio: alguns elementos para sua análise

The patrimony commodity: some elements for its analysis

La mercancía patrimonio: algunos elementos para su análisis

Juan Anderson Ruiz Peña

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4648-6803>

University of São Paulo, Brazil

E-mail: juan.pena@unesp.br

Antonio Marcos de Oliveira Siqueira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9334-0394>

Federal University of Viçosa, Brazil

E-mail: antonio.siqueira@ufv.br

Article Info:

Article history: Received 2022-10-15

Accepted 2023-03-08

Available online 2023-03-09

doi: 10.18540/revesv16iiss1pp15490-01e



Resumo: O presente artigo tem por objetivo realizar uma discussão sobre o patrimônio a partir de alguns pressupostos da teoria do valor de Marx. O empreendimento teórico se dá a partir do entendimento, como data histórica a Revolução Francesa, entendendo que o patrimônio tem como condição essencial a *transferência de valor*. Ao fazer uma análise crítica de como o autor Françoise Choay expõe sua concepção de patrimônio, este entendido como herança, em sua obra *A alegoria do patrimônio*, este conceito ou dispositivo, opera a favor da dinâmica ideológica da burguesia em ascensão. Neste sentido, buscamos por meio do tratamento dialético entre o par essência/aparência sobre os “bens recuperados”, perceber que o valor dos objetos nesta época social e histórica (sociedade capitalista) os bens “recuperados” (expropriados) é o resultado da articulação entre a conservação e a patrimonialização. Sendo que o desdobramento do patrimônio, como processo em si, ou seja, inventário-tombamento e patrimônio, são formas de produção e apropriação do capital.

Palavras-chave: transferência de valor, essência, capital, mercadoria, patrimônio.

Abstract: This article aims to conduct a discussion on patrimony based on some assumptions of Marx's theory of value. The theoretical enterprise takes place from the understanding, as historical date the French Revolution, understanding that the patrimony has as essential condition the transfer of value. By making a critical analysis of how the author Françoise Choay exposes his conception of heritage, understood as inheritance, in his work *The allegory of patrimony*, this concept or device operates in

favor of the ideological dynamics of the rising bourgeoisie. In this sense, we seek, through the dialectical treatment between the essence/appearance pair on the "recovered goods", to perceive that the value of the objects in this social and historical era (capitalist society) the "recovered" (expropriated) goods is the result of the articulation between conservation and patrimonization. Since the unfolding of patrimony, as a process in itself, that is, inventory-tipping and patrimony, are forms of production and appropriation of capital.

Keywords: transfer of value, essence, capital, merchandise, patrimony.

Resumen: El presente artículo científico tiene por objetivo realizar una discusión sobre el patrimonio a partir de algunos presupuestos de la teoría de valor de Marx. El emprendimiento teórico se da a partir del entendimiento, como fecha histórica la Revolución Francesa, que el patrimonio tiene como condición esencial a *transferencia de valor*. Al hacer un análisis crítico de como el autor Françoise Choay expone su concepción de patrimonio, este es entendido como herencia, en su obra *La alegoría del patrimonio*, este concepto o dispositivo, opera a favor de la dinámica ideológica de la burguesía em ascensión. Em este sentido, buscamos por medio del tratamiento dialectico entre el par esencia/apariencia sobre los "bienes recuperados", percibir que el valor de los objetos en esta época social e histórica (sociedad capitalista) los bienes "recuperados" (expropiados) es el resultado de la articulación entre a conservación y la patrimonialización. Siendo que el desdoblamiento del patrimonio, como proceso en si, es decir, inventario-tumbamiento y patrimonio, son formas de producción y apropiación del capital.

Palabras clave: transferencia de valor, esencia, capital, mercancia, patrimônio.

Introdução

Que melhor referência histórica que a Revolução Francesa, para imaginar uma concepção de patrimônio? O autor Françoise Choay em sua obra, *A alegoria do Patrimônio*, nos conta como objetos heterogêneos e físicos criados ou herdados de uma sociedade anterior são desmitificados por uma nova sociedade que tem como determinação histórica e social a subsunção formal do trabalho ao capital. Portanto estes objetos são projetados como elementos de importância histórica, social, artística e científica no trêmulo dessa revolução.

Os antagonismos de classe próprios dessa convulsão social, passam por um forte conflito de valores éticos e morais, os quais são de alguma maneira dissuadidos por este tipo de objetos físicos, entendendo que estes são mobilizados por uma pequena fração de revolucionários que os percebem e legitimam sua importância para a história e para a sociedade em constituição. O argumento ou estratégia por parte da classe burguesa é validar a importância dos objetos no processo de inventário e tombamento, sabendo que poderiam ser ou não, apagados da história humana e do mundo físico durante a consolidação da República. Das palavras de Choay podemos entender assim na seguinte passagem:

Seria preciso elaborar um método para preparar o inventário da *herança* e definir as regras de gestão. Por sugestão de Mirabeau e de Talleyrand, criou-se uma comissão dita 'dos Monumentos' para esse fim. Em primeiro lugar, ela deve *tomb* as diferentes categorias de [bens recuperados] pela Nação. (CHOAY, 2001, p. 99, grifos nossos).

É necessário entender da citação anterior, que os “bens recuperados” são uma categoria que se relaciona com o contexto revolucionário da época, que está em disputa de legitimidade social. Logo estes bens tem uma característica importante, talvez não seja assimilada nesses momentos, a qual é, a transferência de valor¹ de forma factual, ou nas palavras de Choay “herança”, por meio dos objetos confiscados, que vem de uma sociedade derrotada para uma incipiente burguesia. Este conceito (transferência de valor) é interpretado de maneiras distintas e por variadas fações do momento, pela sua forma de manifestação concreta na realidade imediata, a qual é, a existência física dos mesmos, ou de uma expropriação de uma expropriação. É dizer que estes são produto de uma categoria fundante do capital, para ser mais específicos, o primeiro D da relação simples de circulação, explicitada por Marx no livro II de *O capital (D-M-D)*. Tendo como garantia uma única forma de existir, a conservação destes bens, ou seja, seus valores de uso. Em outras palavras, os objetos do patrimônio não som uma herança em si, estes são uma retificação humana (LUKACS, 2012b, p. 219).

A importância na conservação destes objetos, bens materiais e/ou imateriais, é manifestação de uma parte da “riqueza material”², sendo esta compreendida pelos revolucionários de formas multifacetadas do “valor de uso”³ dos objetos. É durante esse momento histórico (Revolução Francesa) se gesta uma articulação da teoria de economia política de Ricardo (1772-1823) e elementos filosóficos de Hegel (1770-1831), a qual é bastante abrangente, pois dá uma explicação, lógica formal, de um tipo de desenvolvimento social que mobiliza aos revolucionários a tomar ações de fato. De tal maneira que o valor de uso dos objetos numa primeira impressão é catalogado como:

Ao decreto sobre a fundição sucede, no entanto, um mês depois (3 de março de 1791), uma série de *Suite d'instructions [instruções complementares]* que o atenua com exceções. Entre as nove condições ou critérios que motivam a conservação dos bens condenados, -o interesse para a história, a beleza do trabalho, o valor pedagógico para a arte e as técnicas- são pela primeira vez enumerados juntos, constituindo uma definição implícita dos monumentos e do patrimônio histórico (CHOAY, 2001, p. 107, *grifos nossos*).

Fica questionarmos, por enquanto, que são estas três grandes categorias ou propriedades dos “bens recuperados”? (*O interesse para a história, a beleza do trabalho, o valor pedagógico para a arte e as técnicas*). Não são mais que, categorias do nível da aparência dos valores de uso, os quais são elevados a uma concepção de patrimônio, que também é uma categoria de aparência ou manifestação de algo que os objetos possuem, e este se desdobra como riqueza social ou valor nacional. Se

¹ Este é um termo utilizado na teoria do imperialismo, e interpretado por vários autores marxistas, dentre eles estão: Dussel, Callinicos, Carcanholo, Leite; entre outros. Os dois últimos autores são brasileiros e professores de economia da UFF, os quais no ano de 2016 criaram uma nova teoria do imperialismo baseada na teoria do valor de Marx, na qual demonstram que o elemento essencial para esta teoria é a transferência internacional do valor.

² Marx, já no quarto parágrafo no início do capítulo I, de sua obra *O capital*, diz assim, “Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta.”

³ “A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso”, “O valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo” (MARX, 2013, p.158).

este é uma das origens da prática de tornar coisas patrimônio nesta época capitalista, podemos adentrar uma discussão sobre o caráter ontológico, nos termos de Lukács, do conceito ou dispositivo patrimônio conjecturado pela conservação de objetos ou bens materiais ou imateriais.

Até agora, as definições propostas para o patrimônio estão no campo dos fenômenos. Estas concepções de patrimônio, sejam elas de caráter economicista, históricas, culturais e/ou científicas são levadas ou engolidas mais no que aparece ou parece ser (o fenômeno), esquecendo, em parte, o que são estes objetos, que nada mais são produto do trabalho humano de modos de produção anteriores a libertação das forças produtivas, o que nos leva a problematizar o quanto a aparência mistifica a essência. Partimos como princípio de que a investigação científica, sobre o patrimônio, deverá ter como preocupação teórico-metodológica, apreender as propriedades e determinações reais do objeto. Nos termos de Lukács, que: “*Na vida cotidiana, os fenômenos frequentemente ocultam a essência do seu próprio ser em lugar de iluminá-la*” (LUKÁCS, 2012b, p. 294).

Neste sentido, compreendemos que o esforço científico deve trazer consigo uma preocupação de fugir, por assim dizer, das armadilhas da gnosiologia. Essa postura ontológica, e não epistemologia, muito bem expressa nas obras de Marx e dos marxistas contemporâneos, que nos brindam uma grande contribuição não somente para pensar o patrimônio, assim como também objetos científicos outros. Assim Leite (2016) se apresenta como um dos autores que nos mune de ferramentas para operacionalização do tratamento dialético, trazendo que a maneira formal de concepção do pensamento metafísico trata os objetos apenas em um nível superficial, onde a realidade é percebida como se fosse imóvel, alcançando perceber apenas os fenômenos. Ainda segundo Leite há uma debilidade no pensamento metafísico por “concentrar o estudo na expressão fenomênica dos fatos, ou seja, em suas expressões ou manifestações superficiais, sem aprofundar nas suas causas e explicações, sem tratar de chegar em sua essência”. (ARRIZABALO, 2014, p. 45 apud LEITE, 2016, p. 22-23 *tradução do autor*). Além disso “os fenômenos sempre estão em vias de converter-se em outros fenômenos” (ibidem, p. 45). Portanto, pensar dialeticamente nos faculta para apreender a realidade em sua totalidade.

Os pares dialéticos conteúdo/forma e essência/aparência para o conceito de patrimônio.

A melhor forma de apreender o sentido marxiano de ambos os pares dialéticos é recorrer à maneira como o próprio autor as utiliza em sua obra-prima publicada em 1867. Já no primeiro capítulo de *O Capital*, Marx expõe o valor como *forma social e histórica* da riqueza, a qual se apresenta no mundo das mercadorias em uma específica *forma de manifestação*. (LEITE, 2016, p.18)

Marx (1868) nos traz que a mercadoria é a forma que assume o trabalho humano numa sociedade mercantil, ou seja, capitalista, e que se situa temporariamente na história, que pressupõe valor de uso e valor, possuindo este duplo caráter. Ao mesmo tempo nos mostra que o trabalho é uma condição da existência humana, independentemente de qualquer forma social e histórica. O valor de uso da mercadoria nas categorias do autor são elementos do conteúdo, ao passo que, o valor de troca é

uma expressão específica na época capitalista, sendo ele (valor de troca) a manifestação do valor que é caracterizado por uma sociedade mercantil. Assim:

O valor de uso é uma dimensão da riqueza capitalista comum à riqueza em qualquer época histórica, em qualquer tipo de sociedade. [...] Por isso, o valor de uso é o conteúdo material da riqueza: ‘os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a sua forma social’. [...] No entanto, o valor, como expressão nas coisas (nas mercadorias) das particulares relações mercantis de produção, é a forma social e histórica da riqueza na época capitalista (R. CARCANHOLO, 2011, p. 41).

Seguindo a proposta de Leite (2016, p. 19) abordaremos o conteúdo como “o que há de comum entre várias formas históricas e a essência como a determinação de algo que precisa de alguma mediação para ser desvelada, para aparecer na superfície fenomênica.” Ainda nos termos do autor a essência não é empírica, e, só pode ser apreendida analiticamente, através da manifestação fenomênica, “a essência geralmente existe *nos fenômenos e através deles*, e os fenômenos não são apenas a forma de manifestação da essência, mas, mais precisamente, a sua *forma de existência*”. (FILHO, 2011, p. 22).

As “formas de aparência das relações de produção capitalistas” (Callinicos, 2014, p. 149) segundo Marx, por exemplo, são as categorias derivadas do mais-valor, como lucro, renda e juros. Se estas estão numa dimensão da aparência, portanto, são enganadoras, por isso são representações ideológicas. Resgatando a Leite (2016) coloca-se aqui, que estamos diante do “apogeu do fetichismo” (Ibidem p.150) ainda que este seja real. Então:

O movimento da externalização que *O capital* percorre não é aquele da realidade para a ilusão; ao invés disso, Marx busca reconstruir a lógica interna de uma realidade que encoraja atores individuais a aceitar representações que obscurecem essa lógica (CALLINICOS, 2014, p. 15 apud LEITE 2016, p. 23).

Podemos dizer então que “as categorias do nível da aparência são categorias ideológicas, isto é, que explicam uma parte da realidade e obscurecem a outra” (LEITE, 2016, p. 23). O patrimônio, portanto, tem uma origem fetichista, porque a primeira manifestação concreta, é a simples existência dos bens, e ideológica, por exemplo, pelo seu desdobramento como valor nacional. Como o próprio Choay o consigna em seu livro.

O valor nacional é o primeiro, fundamental. Foi ele quem inspirou, de ponta a ponta, as medidas de conservação tomadas pelo comitê de Instrução Pública, quem justificou o inventário e o cotejo de todas as categorias heterogêneas da “sucessão” (CHOAY, 2001, p. 116).

“O valor nacional” desconhece e/ou apaga outras categorias ou características que trazem consigo mesmo os “bens recuperados”, por exemplo, as relações sociais imanentes a eles como a “transferência de valor”. Este “valor”, o entendemos, nos termos de Marx (2013, p. 162) que é determinado pelo “tempo de trabalho socialmente necessário”, como trabalho abstrato humano, este trabalho é depositado naqueles objetos e se manifesta como forma física objetivada neles (cor, tamanho, largura,

profundidade, entre outras). Marx vai a identificar como é que o “valor” se apresenta ou aparece no mundo capitalista:

O elemento comum, que se apresenta na relação de troca ou valor de troca das mercadorias, é, portanto, seu valor. A continuação da investigação nos levará de volta ao valor de troca como o modo necessário de expressão ou forma de manifestação do valor, mas este tem de ser, por ora, considerado independentemente dessa forma (MARX, 2013, p. 161).

Logo, entendemos por transferência de valor o processo mediante o qual os capitais mais produtivos se apropriam de um mais-valor extra produzido pelos capitais menos produtivos. Essa apropriação maior de valor pelo capitalista origina-se em um valor produzido e não apropriado pelo capital menos produtivo. Nesse caso, é assim como funciona o mecanismo da transferência de valor entre os capitais do mesmo ramo e entre ramos distintos.

R. Carcanholo (2013, p. 104) diz de que o valor social é o resultado da “média aritmética ponderada” dos valores individuais. Os capitais produtores de valores individuais acima da média (menos produtivos) transferem parte do mais-valor aos capitais mais produtivos sob a forma de mais-valor extra.

Há aqui uma maneira então de desvelar o caráter ideológico do conceito de patrimônio; e de mostrar como é que este conceito de maneira velada constitui, aos moveis e imóveis (objetos materiais e imateriais confiscados), num tipo de mercadoria especial que permite este tipo de transferência de valor. Dita maneira se dá pela simples existência dos objetos, como produto do trabalho humano, até o dia de hoje, ou em outras palavras, ao serem os objetos catalogados patrimônio em suas distintas formas, e como estes sendo objetos patrimonializados se vinculam ao mercado mundial. Portanto, se a *conservação* dos objetos que é compreendida como inventário e tombamento, é uma ação legislativa necessária para *patrimonializar* os objetos de “valor nacional”, estas são as formas mais ou menos concretas dos valores de uso (*conservação e patrimonializar*) que temos que estudar.

Por outro lado, o elemento essencial ou essência neste processo de conservação e patrimônio, é o processo que denominamos anteriormente de transferência de valor, esta tem uma característica bastante particular, de ser a maneira com que se cria uma base de riqueza material, num primeiro momento, para o processo revolucionário e que se fez (az) por meio de expropriações, o que Callinicos (2014, p. 199-200) caracterizou por depender de uma “força extraeconômica direta”. Estas expropriações são expostas por Marx no capítulo “A assim chamada acumulação primitiva” no Livro I do *Capital*, no qual expõe como é dada esta acumulação.

Se a transferência de valor existe e é a essência no processo de conservação e patrimonialização dos bens, podemos dizer então que esta está presente não de maneira fixa e/ou acabada, ou empírica, senão que está mais associada no sentido aristotélico, portanto, tem que ser compreendida dialeticamente, como *Dýnamis* (potência ou possibilidade) e sua contrária *Enérgeia* (ato ou efetividade), entendemos que a primeira, é mais um elemento mediador entre dois polos contraditórios da existência, ou seja, a de ser e não ser. Sendo assim, ela vai desempenhar o papel

característico de garantir também na realidade a possibilidade de ser concreto, mas não tudo pode ser, portanto, a transferência de valor tem estas duas propriedades, tanto no processo de conservação como no de patrimonialização.

A transferência de valor é percebida como potência (Dýnamis) na conservação e depois como realização ou ato (Enérgeia) na patrimonialização respectivamente, mas para que seja efetivada esta transferência de valor, tem que realizar-se. Portanto, o valor dos objetos ou bens recuperados, é o resultado da articulação entre a conservação e a patrimonialização deles.

É fácil identificar agora, as duas etapas distintas e diferenciadas que os bens recuperados sofrem, a primeira é a de serem possibilidade de efetivar seu valor ou transferência de valor, que se dá no processo de conservação (expropriação efetivada), e que o identificamos anteriormente como: inventário e tombamento, a segunda etapa, é a de ser efetivada ou realizada essa transferência de valor, que se define com os bens patrimonializados ou de já serem patrimônio e de como este conceito, transfere valores a outros ramos da produção de mercadorias, portanto, de capitais distintos na esfera da troca (mercado mundial).

Temos que entender que esta transferência de valor ou essência no patrimônio, ou seja, o patrimônio tem uma dupla personalidade por assim dizer, a de ser valor e ser valor de uso ao mesmo tempo. Sabemos, segundo Marx, que o valor se expressa no valor de troca, por exemplo, quando aparece o valor já na forma preço, evidentemente o valor se realiza ou efetiva na troca, em palavras de Carcanholo (2016, vídeo aula 3, min 22:18 até 23:38) “o valor se realiza por intermeio do valor de troca, portanto, a instância de realização do valor é na troca”. Por outro lado, o valor de uso se realiza na esfera do consumo, o que significa dizer que desde um ponto de vista sobre a realidade, para consumir o valor de uso da mercadoria alheia, primeiro há que se realizar o valor da mercadoria na troca, portanto, da outra também, as duas na esfera da troca. Para que depois em propriedade ou da posse da mercadoria que antes era alheia, ir a esfera do consumo. “Portanto, a realização do valor na troca é um pressuposto para realização do valor de uso no consumo” (ibidem, loc. cit.).

Nós não estamos interessados neste artigo em mostrar como se converte o patrimônio em dinheiro ou sua expressão quantitativa, o qual merece uma outra pesquisa, estamos aqui mais concentrados no processo de como a conservação de objetos, e portanto, o patrimônio, torna-se pressuposto para ser mercadoria, ou seja, desprender-se de sua materialidade física para converter-se em algo além do controle humano e que contribui ao capital econômico a nós controlar, mostrando-os como um de seus deveres é *fungir*⁴ como elemento servil ou manifestação, numa escala local, do “imperialismo” transferindo valor da periferia em direção ao centro.

É importante detalhar melhor a segunda etapa (Enérgeia), para garantir assim ter uma plena consciência de como se efetivam os valores de uso do patrimônio, no mercado mundial e como este transfere valores para outros capitais, portanto, temos a necessidade de entender o caráter contraditório do patrimônio, ou melhor dito, de como ele gera contradições que se manifestam nos dias de hoje. Como Harvey (2005, p. 220) nos conta, o patrimônio tem a capacidade de gerar “renda monopolista” tanto pública como particular, e como este fenômeno contraria o caráter de preservação dos

⁴ Fungir é um verbo em espanhol, que se dá, ao conceito de funcionalidade ou de exercício em marcha de qualquer trabalho.

bens, desgastando estes e seus vetores sociais (cultura e economia local) e naturais (natureza), por exemplo, o “*turismo cultural*”, dito de massa.

Neste sentido, os bens com status de patrimônio podem ser equiparados, nos níveis de abstração e de concretude, com a mercadoria estudada quase 80 anos depois da revolução francesa por Marx. Logo um dos desdobramentos históricos do patrimônio é ser forma de expressão da transferência de valor que os bens carregam, que passaram a efetivar seu valor na esfera das trocas o que denominamos de mercado mundial. O inventário e o tombamento dos bens recuperados, vão determinar ou catalogar o tipo de características que os classificam e de aprontarmos para seu respectivo entesouramento, esperando sempre o melhor momento para sair desse estado e lucrar o máximo que se puder, além da possibilidade de serem na concretude com maiores e melhores determinações possíveis, ou melhor dito, efetivar seus valores de uso.

O patrimônio, uma mercadoria?

Ao parecer estes bens tinham uma condição de serem recuperados e não feitos pelos revolucionários, portanto, a preexistência destes os fazem serem identificados com uma pergunta: o que fazer com eles? Em dezembro de 1790 Abin-Louis Millin vai falar assim na Assembleia Nacional Constituinte:

A incorporação dos bens eclesiásticos aos domínios nacionais, a venda rápida e fácil desses domínios vão propiciar à nação recursos que, sob a égide da liberdade, torná-la-ão a mais feliz e mais florescente do universo; mas não se pode negar que essa venda precipitada seja, no presente momento, muito funesta as artes e as ciências, destruindo objetos de arte e *monumentos históricos* que seria interessante conservar. (CHOAY, 2001, p. 96, grifos do autor)

Podemos perceber no trecho acima apresentado, que o interesse de conservar tem um fim imediato, que é o estudo dos monumentos e/ou objetos recuperados ou confiscados, para as artes e as ciências, também podemos dizer que este estudo se desenvolveu num tempo posterior ao período da revolução francesa, logo este estudo pode ser recessivo, paulatino e muito proveitoso para o desenvolvimento das ciências modernas, mas este estudo de certa maneira desempenha um papel importante para o processo de patrimonialização, completando o caráter simbólico, iconoclástico, científico e estético dos bens por tanto econômico e ideológico.

No “entesouramento” dos objetos, que faz parte o processo de tombamento e inventário, logo depois de serem inventariados e “entesourados” os bens, passarão a ser patrimônio, este último (patrimônio) cumpre com o propósito de efetivar ou realizar a transferência de valor “herdada” entre um ou vários ramos de produção distintos e, a produzir “mais valor”⁵, “mais-valor extra” com os bens, este tipo de ações, vão confirmar a “segunda etapa”, que se falo anteriormente.

⁵ Em vésperas de dar continuidade ao argumento, entendemos tendo em conta a discussão entre Marcelo Dias Carcanholo (UFF) e João Leonardo Medeiros (UFF), o tremo e/ou conceito mais valor é o que Marx determinou como trabalho excedente, que sendo rigoroso com o descrito pelos dois professores é o fato ou ato de trabalhar para outro.

O patrimônio tem a capacidade de agregar maior valor, mais trabalho humano, o valor que os objetos já tem ou trazem com sigos mesmos e a de outros produtos que se encontrem juntos ou distanciados do objeto patrimônio, mas existe aqui uma determinação da mercadoria importante, o patrimônio tem seu valor de uso, que tem todas as características próprias do objeto da data em que foi cristalizado o trabalho humano, cor, peso, volumem, desenho, etc. mas seu contraditório nesta época capitalista seu valor, que é reconstituída através do processo de patrimônio (inventario, tombamento e patrimônio). A contradição interna de toda mercadoria é aqui entre ser valor de uso e ser valor, mas não pode ser ao mesmo tempo as duas coisas, ao parecer, o patrimônio consegue deslocar esta contradição num patamar mais sofisticado, a da arte.

Uma outra característica importante é que o raio de transferência de valor é cada vez mais longo entre os objetos patrimônio e os capitais que produzem outras mercadorias, ainda assim conseguem aproveitar, ou ganhar um mais-valor extra. Por exemplo, um objeto ou saber que é patrimônio, logo, o lugar onde ele se encontra, vila, cidade rural, cidade capital entre outras, são beneficiárias diretas deste tipo de ação de patrimonializar, e indiretamente também outras partes do mundo. Será que tem a ver com imperialismo?

A transferência de valor dos bens patrimônio, se realiza de multifacetadas formas, primeiro não são os mesmos objetos, os bem materiais e imateriais são únicos. O que precisam de serem impregnados, constantemente, de trabalho excedente, seja por parte da cultura, da ciência, da tecnologia ou de um próprio trabalho específico ou concreto, mais especificamente, na continuidade da quantidade e da qualidade de pesquisas que estes bens recuperados, inventariados, tombados, portanto, patrimonializados, podem gerar para o conhecimento e o “desfrute humano”.

Segundo, estes objetos, ao serem patrimônio, entram no movimento do capital industrial, ou seja, se deposita um dinheiro que possibilita a mobilização de pesquisas, trabalho humano concreto, matérias primas para sua conservação, para passar a ser produzido nos termos de capital constante, para depois ser mercadoria patrimônio, que podemos ver com muita sutileza como uma mercadoria pronta para ser “exposta”, e assim ser parte do movimento de vender este a um público, avido de consumo cultural, viagens em diferentes modalidades, restaurantes, hotéis, festivais de artes, em fim.

Devemos não aferrarmos ao objeto em se, e sim no processo de patrimônio como um todo, este processo é a mercadoria, não é o objeto como tal. Aqui podemos inferir várias situações em que o patrimônio como processo se desprende de sua materialidade e passa a ser um conceito de produção e apropriação de valores. É dizer que o nível de produtividade deste está na capacidade de reprodução do patrimônio, é aqui onde entram várias disciplinas a jogar um papel importante e de como estas são subsumidas na lógica do capital.

Por exemplo, as gárgulas de Viollet-le-Duc de Notre Dame de Paris, são de altíssimo interesse para a humanidade do mundo, não só pelas formas, se não pelo componente de desenho ou arquitetura gótica, que foi determinado por múltiplos estudos de história, que produziram um sem-fim de interpretações válidas para outros ramos das ciências modernas, como a arquitetura, a engenharia civil, a geografia, entre outros. Não estamos querendo dizer aqui, que a ciência ou a investigação tenha

como fim único, gerar mais valor, mas sim, que neste modo de produção que é capitalista, o patrimônio em grande medida existe, é pela subsunção das pesquisas aos interesses do mercado mundial. Em outras palavras para elevar a produtividade. Estas gárgulas são o patrimônio em si somado à interação do conjunto de vetores naturais, sócias, culturais e econômicos do lugar onde elas estão, em outras palavras, a socialização do objeto no lugar, somado ao processo produzido como um todo de patrimonializar as gárgulas. Então resta perguntar-nos: são estes três elementos os que satisfazem as condições iniciais para desenvolver a produção e apropriação de patrimônios? Ao ser positiva a resposta, estas vão convergir em duas ideias, a de ser, o patrimônio, um capital que se concentra em distintos lugares específicos, subordinando todo lugar, sus relações sociais existentes e por vir, a uma relação de dependência numa escala própria ao raio de produtividade entre os objetos patrimônio e os ramos da produção de outros capitais, logo estas duas ideias são elementos constituintes, para nós, de um capital.

Podemos dizer que o patrimônio não é o capital mais produtivo, é um dos menos produtivos, logo como se falo acima, o capital menos produtivo tem a condição de serem os que transferem mais valor de maneira gratuita a outros ramos de produção, ou de outros capitais, fazendo com que a transferência de valor seja realizada e constante.

Podemos ver assim, como o patrimônio se manifesta no mercado mundial de maneira concreta, ao ser um elemento do pacote de serviços que os circuitos turísticos vendem ao redor do mundo ou como a renda global da cidade, como Harvey (2005, p. 219) expressa de maneira concisa como os processos de geração de “renda monopolista” estão presentes na constituição do patrimônio, portanto como uma das configurações geográficas produzidas pelo capital.

A primeira situação surge quando os atores sociais controlam algum recurso natural, mercadoria ou local de qualidade especial em relação a certo tipo de atividade, permitindo-lhes extrair renda monopolista daqueles que desejam usar tal recurso, mercadoria ou local. (HARVEY, 2005, p. 222)

Sabemos que “Só no século XX esse sonho turístico era na França, objeto de uma política específica” (CHOAY, 2001, P. 118), desta maneira, podemos observar como o Estado passa a ser um dos gestores na conservação dos patrimônios, e de alguma maneira a ter interesse, por não dizer que todo o interesse, na produção dos mesmos. É notável que o interesse do Estado nos objetos patrimônio está no que Harvey conjecturou “renda monopolista” sendo, via leis, uma maneira de apropriar-se, direta ou indiretamente dela. No entanto, o debate não pode se dar através de um julgamento moral se isto é bom ou ruim, para além disso, o interessante é saber como ele (o Estado) é um dos atores políticos mais interessados em possuir, produzir e mercantilizar este tipo de capital, com base em argumentos iminentemente ideológicos.

Considerações finais ou parciais.

Até aqui, trabalhamos com bastantes elementos que contrariam a tese do autor Françoise Choay que no capítulo VI com o título “O patrimônio histórico na era da indústria cultural” mostra de maneira evidente sua visão do conceito de patrimônio,

caracterizada durante todo seu livro, colocando como etapa final um desbordamento dos valores de uso do patrimônio em valores econômicos, tese que nós não concordamos.

A metamorfose de seu valor de uso em valor econômico ocorre graças a “engenharia cultural”, vasto empreendimento público e privado, a serviço do qual trabalham grande número de animadores culturais, profissionais da comunicação, agentes de desenvolvimento, engenheiros, mediadores culturais. Sua tarefa consiste em explorar os monumentos por todos os meios, a fim de multiplicar indefinidamente o número de visitantes. (CHOAY, 2001, p. 211)

Procuramos defender aqui neste artigo, que o caráter essencial do patrimônio é a transferência de valor e que desde um início ele está predeterminado, pelo caráter de “sucessão” (expropriação), a realizar este exercício nos tempos de hoje, passando os bens “herdados” por distintos tratamentos conceituais e sendo aperfeiçoado o método de patrimonialização, ao ponto de tornar-se capital, quer seja tendo a capacidade de valorizar o valor dos objetos e de outros que não tem nenhuma relação a priori com o patrimônio.

Desta maneira, podemos concluir que o caráter ideológico do patrimônio faz com que seja mistificado este conceito ao ponto em que perceber a concorrência entre capitais que tem como veículo o patrimônio seja desestimada e/ou subestimado, como um fato natural. Pois aqui trata-se de como este conceito, redistribui, organiza e concebe o espaço geográfico, entendendo que de maneira silenciosa nesta mercadoria atuam as forças produtivas próprias do capital e que a maneira de fazer, isto é, intensiva e extensiva sobre o espaço geográfico. Percorrendo o caminho da depredação espacial, é dizer, tirando de foco a categoria espaço para chegar a ser paisagem, lugar e por último patrimônio.

Referências

- ARRIZABALO MONTORO, X. Capitalismo y economía mundial: bases teóricas y análisis empírico para la comprensión de los problemas económicos del siglo XXI. Madrid: Instituto Marxista de Economía, 2014.
- CALLINICOS, A. As múltiplas crises do imperialismo. Tradução de Eduardo Sá Barreto e João Leonardo Medeiros. *Marx e o Marxismo*, Niterói, v. 3, n. 4, p. 16-36, jan./jun. 2015.
- CALLINICOS, A. Deciphering Capital: Marx's Capital and its destiny. London: Bookmarks Publications, 2014.
- CALLINICOS, A. Imperialism and Global Political Economy. London: Polity Press, 2009.
- CARCANHOLO, M. D. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: ALMEIDA FILHO, N. Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013a. p. 71-98.
- CARCANHOLO, M. D. Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. *Crítica e sociedade*, Uberlândia, v. 1, n. 3, p. 73-84, dez. 2011.
- CARCANHOLO, M. D. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 191-205, jan./abr. 2013b.

-
- CARCANHOLO, R. La transferencia de valor y el desarrollo del capitalismo en Costa Rica. 1981. 462 f. Tese (Doutorado em Economia)– Universidad Nacional Autonoma de Mexico, Facultad de Economía, Cidade do México, 1981.
- CARCANHOLO, R. Mercadoria: valor de uso e valor de troca. In: CARCANHOLO, R. Capital: essência e aparência São Paulo: Expressão Popular, 2011b. p. 29-44. (v. 1)
- CHOAY, F. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Unesp, 2001. 282 p.
- HARVEY, D. A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista. In: HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. p. 41-73.
- HARVEY, D. O Novo Imperialismo. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2003.
- HARVEY, D. Os limites do capital São Paulo: Boitempo, 2013. (e-book).
- LEITE, L. M. O capital no mundo e o mundo do capital: uma reinterpretação do imperialismo a partir da teoria do valor de Marx. 2016. 339 f. Tese (Doutorado em economia) Universidade Federal Fluminense. Programa de economia. Rio de Janeiro, 2016.
- LEITE, L. M. Uma análise das teorias contemporâneas do imperialismo à luz da teoria marxista clássica do imperialismo. 2010. 118 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- LUKÁCS, G. Lenin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012a.
- LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social I. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012b.
- MARX, K. A miséria da filosofia. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985a.
- MARX, K. Capítulo VI Inédito de O Capital. Tradução de Klaus Von Puchen. São Paulo: Centauro, 2004.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro III. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MARX, K. Glosas marginais ao “Tratado de Economia Política” de Adolfo Wagner. Tradução de Evaristo Colmán. Serviço Social em Revista, Londrina, v. 13, n. 2, p. 170- 179, jan./jun. 2011a.
- MARX, K. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858, esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011b.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro I. Tradução de Rubens Enderle. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro II. Tradução de Rubens Enderle. Rio de Janeiro: Boitempo, 2014.
- MARX, K. Para a crítica da economia política. Manuscrito de 1861-1863. Tradução de Leonardo Deus. Belo Horizonte: Autêntica, 2010f. (Cap. 3; cadernos I a IV).
- MARX, K. Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico. São Paulo: DIFEL, 1980. (3 v.)
- MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto Comunista. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SAAD FILHO, A. A. O valor de Marx: economia política para o capitalismo contemporâneo. Campinas: Unicamp, 2011.
- WOOD, E. M. A origem do capitalismo. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WOOD, E. M. O império do capital. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.